



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640127 - SC (2021/0013108-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : J M M (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J M M em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (*Habeas Corpus* n. 5043875-91.2020.8.24.0000).

O paciente encontra-se internado provisoriamente pela prática em tese de ato infracional equiparado ao crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

A impetrante sustenta a ilegalidade da internação provisória, ao argumento de que materializa para o adolescente tratamento mais grave do que o conferido para uma pessoa adulta.

Afirma, ademais, a inidoneidade da motivação apresentada para justificar a medida de exceção, sobretudo porque fundada na gravidade abstrata do ato infracional praticado pelo menor.

Por fim, assevera que a privação de liberdade do paciente, sem justificativa idônea, destoaria, ainda, das diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 62/2019 para o combate à pandemia da covid-19.

Requer, liminarmente, a liberação e a entrega do paciente para sua família. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Nos termos do acórdão impetrado, a internação provisória do paciente encontra-se fundada na gravidade concreta do ato infracional praticado, bem como na necessidade de evitar a reiteração no cometimento de outras infrações e de garantir a ordem pública, haja vista que, à época do fato, o adolescente já estava cumprindo medida de liberdade assistida pelo cometimento de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a impetrante não demonstrou a teratologia ou a flagrante ilegalidade do acórdão atacado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls. 401-402):

Em 12-9-2020 a respectiva unidade socioeducativa informou que o representado apresentou sinais de icterícia, tendo sido internado em hospital e submetido a procedimento de transfusão de sangue, sem contudo, a definição de diagnóstico (evento 34). Sobreveio, na mesma data, informação complementar de que se encontrava internado "no Hospital Nossa Senhora da Conceição, conforme declaração anexa, com comprometimento dos pulmões, severas alterações no hemograma, tendo sido submetido a transfusão de sangue logo ao dar entrada na emergência, ainda sem diagnóstico fechado, quadro que culminou na necessidade de mantê-lo internado", bem como foi requerida a revisão da medida aplicada em razão da gravidade do seu estado de saúde e o contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus (Ofício184/CASEP14/DEASE/SAP/2020 - evento 37). Diante disso, foi proferida decisão em regime de plantão, revogando a a medida de internação provisória, passando o paciente a responder ao processo em liberdade, sob os cuidados da família para acompanhá-lo no nosocômio (evento 39).

Solicitadas informações a respeito do seu quadro clínico em 17-9-2020, a indigitada instituição de saúde relatou que o adolescente foi acometido pela COVID-19, apresentando significativa melhora dos sintomas e seguia com acompanhamento de infectologista, tendo sido transferido para o Hospital São Donato, de Içara (evento 71).

Em resposta a novo pedido de informações sobre seu atual estado de saúde, o mencionado hospital respondeu ao juízo que, em 16-9-2020, J. M. M. recebeu atendimento de emergência, porém não houve internação (evento 81).

Nesse contexto, acolhendo requerimento formulado pelo Promotor de Justiça oficiante, o Magistrado a quo deferiu o restabelecimento da internação provisória nos seguintes termos:

1. Tendo em vista as certidões acostadas aos autos, as quais informam que o adolescente não se encontra mais internado no hospital, melhorando, significativamente, sua saúde, somada às informações de evento 85, dando conta que o adolescente já se encontra em condições de cumprir as medidas outrora aplicadas, DETERMINO OREESTABELECIMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO, devendo-se, pois,

expedir mandado de busca e apreensão, com prazo de validade de 6 (seis) meses, bem como o sobrestamento do feito até sua efetiva apresentação.

Muito embora não seja adequada a inclusão do mandado no SISP, dada a natureza da providência almejada pelo Ministério Público, encaminhe-se cópia do expediente à Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Criciúma, para ciência e eventual auxílio a ser prestado.

2. Com o cumprimento da medida, o adolescente deverá ser colocado em local reservado e separado de outros internos, por conta do atual cenário de risco de propagação viral (Covid-19), ao menos durante os quatorze dias iniciais de resgate da medida provisória (que é o prazo de incubação viral salientado, via de regra, pelos infectologistas), devendo ser realizado, ainda, novo teste rápido para detecção de COVID-19, comunicando-se o resultado ao Juízo.

3. Decorrido o prazo sem o cumprimento da medida, atualizem-se os antecedentes infracionais do menor, certifiquem-se seus antecedentes criminais, caso já tenha completado a maioridade penal, e dê-se vista às partes.

Cumpra-se com urgência.

Intimem-se (evento 87 dos autos originários).

Publicado o decisum, opôs a defesa embargos declaratórios, os quais no entanto não foram acolhidos, in verbis:

Preenchidos os requisitos de cognoscibilidade, CONHEÇO dos Aclaratórios.

Os embargos de declaração, como sabido, constituem espécie de recurso destinado exclusivamente a sanar os vícios de omissão, contradição, obscuridade e/ou ambiguidade em atos decisórios. Possuem função puramente integrativa, não se prestando à anulação ou revisão de atos judiciais por simples contrariedade à pretensão das partes, sobremodo na espécie.

Bem reexaminado o decisum, entretanto, não merece prestígio.

A omissão arguida pela parte embargante baseia-se no argumento de que não foi analisado fato novo, não sendo possível seu “reestabelecimento” sem o surgimento

de novos fatos, posteriores e contemporâneos, que justifiquem sua necessidade atual, bem como que não teria ocorrido esgotamento dos meios para sua localização.

Sem razão, contudo.

Primeiro, do que se colhe dos presentes autos e dos diversos outros a que responde, que não são poucos, incluindo execução de medida socioeducativa, vê-se que analisada a pertinência ou não da internação do menor em todos os processos que apuram seus atos infracionais, além da execução de medida socioeducativa, não sendo, desta forma, estranha ao órgão de defesa, mormente quando se trata de jovem que, com apenas 16 anos, já possui longo histórico infracional, na sua maioria com violência/grave ameaça contra as vítimas.

Segundo, por que quando liberado para tratamento hospitalar, haja vista que, à época, chegou a ser internado em hospital da cidade de Tubarão para tratamento da Covid-19, estava ciente de que havia procedimentos em seu desfavor, não sendo exigir muito de sua parte que, ao menos o endereço onde poderia ser encontrado, tivesse informado nos autos, tendo, porém, à revelia de todas as alegações, quedado-se inerte.

Descabe, ao judiciário, realizar diligências infinitas a procura de menor que, à revelia de todas as determinações e recomendações em outros procedimentos, tem dado de ombros para os atos graves que vem praticando na cidade, não tendo, ainda, compreendido o caráter ilícito e danoso de seus atos.

Dessarte, fremente que a pretensão do embargante é rediscutir o que já fora decidido, o que vedado pela via eleita.

Ex positis, REJEITO o Recurso Horizontal.

Intimem-se (sic, evento 104).

Percebe-se, pois, que a revogação da medida somente se deu em razão do delicado estado de saúde do adolescente, o qual foi causado em decorrência da contaminação pelo novo coronavírus, o que o obstaria de cometer novas infrações, e a impossibilidade da instituição socioeducativa disponibilizar agentes para escolta, permanecendo, todavia, o periculum libertatis, ensejador da medida constritiva de liberdade (evento 39). (Original sem destaques)

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação

CNJ n. 62/2020.

Considerando que o pedido de revogação da intimação provisória se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência